

Educação para a cidadania em Portugal: Os vinte cinco anos de democracia

Maria Emília Brederode Santos
Presidente do Instituto de Inovação Educacional

* Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Cidadania, Educação e Defesa 2000”, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Janeiro de 2000.

O Ministério da Educação tem-se preocupado desde há muito com a Formação para a Cidadania em Portugal, através de designações que têm variado com o tempo. Falou-se primeiro de Educação Cívica, depois de Formação Pessoal e Social, falou-se em Gestão Democrática, hoje estamos a falar mais em Educação para a Cidadania. Pessoalmente eu prefiro uma redundância e chamar-lhe Educação para a Cidadania Democrática. Mas seja com que designação for, e é óbvio que não são sinónimas, têm aspectos afins e uma preocupação comum. O que eu gostava de sublinhar é que Portugal teve um papel pioneiro neste domínio, sobretudo nos primeiros anos de democracia. É evidente que antes do 25 de Abril havia uma preocupação com a Educação Política e Social das pessoas. Há estudos muito interessantes sobre isso e eu recorro os estudos de Filomena Mónica, de Luísa Cortesão, de Steven Stoer, que são analistas sociais; noutro registo mais autobiográfico há umas memórias muito interessantes da escritora Natália Nunes, que se chamam Memórias da Escola Antiga e que acentuam muito bem esse papel da escola antiga justamente na formação social das pessoas. Todos estes trabalhos sublinham o carácter muito ideológico dessa educação e os valores que eram então defendidos seriam os valores da obediência, da resignação, da conformidade, da disciplina, do respeito pela hierarquia, pela limpeza, pelo trabalho bem feito. Há um consenso em considerar que eram valores respeitantes a uma sociedade rural, quando o motor da sociedade portuguesa, já nessa altura, não era a ruralidade. Hoje creio que os valores que a escola pretende fomentar são bastante diferentes. A Educação para a Cidadania, tal como a entendemos, para a Cidadania Democrática, pretende, pelo contrário, promover a autonomia, o pensamento racional, a livre e consciente escolha dos cidadãos (ou prepará-los para isso), a sua participação na vida em sociedade, o respeito pelos direitos humanos, a defesa da identidade nacional e da coesão nacional e da Pátria como espaço de liberdade. São valores da democracia política pluralista que vão fundamentar a nossa comunidade portuguesa.

Os primeiros anos após o 25 de Abril são hoje muito esquecidos neste domínio. No entanto eu considero que foram anos riquíssimos, tanto em medidas de política educativa como de experiências nas escolas. Diz-se por vezes que esse esquecimento é por falta de estudos. Não creio que seja verdade, apesar de ter havido muita acção e ser difícil nos momentos de acção haver a reflexão equivalente. Houve no entanto bastantes estudos que poderão estar menos acessíveis porque muitos deles foram escritos

noutras línguas para títulos académicos. Não havia nessa altura mestrados e doutoramentos em Ciências da Educação em Portugal e os existentes foram feitos no estrangeiro. Outros podem não ter sido publicados, mas existem e é possível encontrá-los, o que me parece é que houve fundamentalmente uma vontade de demarcação em relação a esse período. Essa demarcação pode ser perfeitamente legítima mas penso que hoje em dia já é possível olhar para essa altura com alguma distância e reconhecer que foi um verdadeiro laboratório de experiências inovadoras interessantes. A própria preocupação com a Educação Cívica (e essa era a expressão mais utilizada nessa altura) como Educação Cívica emancipadora, foi muito inovadora, porque nessa altura não estava nada na moda em termos de investigação a nível internacional e em termos de experiências no terreno. Creio mesmo que só passou a estar na moda com a queda do muro de Berlim e com a vontade de construir democracias nos chamados países de Leste. Aliás foi também essa a motivação em Portugal para a atenção a dar à Educação Cívica.

Podemos identificar, neste domínio, quatro fases:

Uma **primeira fase**, já referida, que, para usar uma designação, seria a de Educação Cívica. Podemos recordar que as primeiras alterações que ocorreram na sociedade portuguesa como resultado do 25 de Abril ocorreram nas escolas. No livro “Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril” pode ler-se: “Logo a 29 de Abril de 1974 o Decreto-Lei nº 176 removia as autoridades académicas que tinham sido nomeadas pelo Governo do Presidente do Conselho Marcelo Caetano. Entretanto várias importantes manifestações de estudantes ocorriam, para exigir a readmissão de professores que haviam sido excluídos pela ditadura”. Ou seja, uma das primeiras manifestações que se deram após o 25 de Abril foram as reacções contra o poder formal na escola. Portanto, digamos que uma das características deste período foram as alterações das relações de poder nas escolas.

Uma outra medida de política educativa foi a revisão geral dos programas que ocorreu logo no Verão de 1974 suprimindo-se os aspectos considerados ideologicamente mais marcados do Antigo Regime, criando-se logo novos programas para o ensino primário. Na introdução aos novos programas dizia-se aliás expressamente: “Programas que servem o regime fascista não podem, é evidente, aplicar-se à construção de uma sociedade democrática”. É com esse espírito que se apresentam os novos programas que, por sua vez, apareciam não com conteúdos obrigatórios

mas com objectivos a atingir e sugestões de actividades. E isto foi um corte imenso com a maneira tradicional de apresentar os programas educativos (programas escolares). E foi um corte tão grande, que depois se fez um grande recuo em relação a isso e agora é que se está outra vez a retomar este tipo de organização curricular em que se diz “o que é preciso é que os meninos cheguem ao fim de tantos anos e sejam capazes disto e daquilo, que saibam isto e aquilo; e para lá chegar o professor tem uma certa margem de liberdade para se organizar, embora haja sugestões de actividades para o ajudar se ele precisar e se ele quiser”.

Uma outra medida desta altura, estarão recordados, foi a unificação do terceiro ciclo. A escolaridade obrigatória ia até ao 6º ano (12 anos) e depois os meninos tinham que escolher entre uma escola técnica e o liceu. Nesta altura adiou-se essa escolha para os 15 anos e nesse prazo, embora não se tivesse tornado ainda escolaridade obrigatória, criaram-se programas para uma escola que se desejava que fosse unificada, isto é, que não fosse nem estritamente liceal nem técnica, mas que desse uma preparação polivalente aos alunos. Na nota introdutória desses novos programas do 7º ano de escolaridade, dizia-se que se visavam várias coisas tais como a integração da escola na região, a participação dos jovens como elementos transformadores da sociedade, a preparação básica polivalente, a união entre o estudo e o trabalho, a formação para a resolução de problemas, ideias apesar de tudo bastante modernas e que ainda hoje inspiram certas medidas educativas. Criava-se uma área nova, uma área de que o Dr. Rui Grácio foi a principal alma. Ele recusava que se lhe chamasse disciplina, insistia que era uma área interdisciplinar que devia ocupar uma manhã ou uma tarde por semana, à qual ele deu o nome de Educação Cívica Politécnica. O que se pretendia de facto era que os meninos aprendessem a partir de problemas, uma perspectiva que se aproxima daquilo a que chamamos hoje trabalho de projecto. Não havia conteúdos obrigatórios, cada grupo de professores e de alunos é que devia encontrar os problemas que lhes interessaria resolver e estruturar uma acção para resolver esses problemas, devendo as aprendizagens provir dessa acção. Esta ideia de um espaço interdisciplinar para a formação cívica (ideia que desde então tem sido retomada várias vezes e com dificuldades várias, com avanços e com recuos) não há dúvida que é uma ideia rica e que mantém actualidade.

Houve outras medidas: a da substituição da história pelos estudos sociais foi uma das mais polémicas. Penso que a intenção era justamente acentu-

ar o lado de Formação Cívica que se poderia ir buscar à História. Houve também a criação de uma disciplina de Introdução à Política no ensino complementar (actual secundário), para os estudantes dos últimos anos, de 16 e 17 anos; houve a criação de um 12º ano (não sei se se recordam de um ano em que não houve admissões à universidade e ficaram aqueles jovens que já tinham feito o liceu) fora do sistema educativo, de iniciação à vida activa, o Serviço Cívico Estudantil. Obviamente que a organização não foi completamente satisfatória, não foi possível colocar toda a gente. Mesmo assim, acho que foi quase miraculoso conseguir instituir aquele sistema fora do sistema educativo sem haver nenhuma rede preparada, e que foi, para quem o fez em boas condições, muito positivo. Aliás, só dei por ele quando dava aulas na Faculdade de Ciências, e perguntava às pessoas por experiências formativas importantes na sua vida e elas falavam de um tal Serviço Cívico Estudantil que tinham feito três anos antes e que as tinha marcado muito. Foi a partir daí, com a Ana Maria Bettencourt, que fiz um pequeno estudo sobre o Serviço Cívico Estudantil, no qual constatámos que, em determinadas condições (quando as coisas correram bem, quando os gostos e as preferências dos estudantes foram tidos em conta, quando eles não se sentiram utilizados como mão de obra), foi uma experiência extremamente importante.

Houve outra experiência do mesmo género com a ideia de levar as pessoas para fora da escola, para as pôr a conhecer a realidade, nas escolas do Magistério Primário: era uma área chamada Actividades de Contacto em que a ideia era lançar os estudantes no meio social para conhecerem a realidade.

Portanto, o que eu quero sublinhar com isto é que houve um manancial extremamente rico de medidas, inovações e experiências no terreno. Obviamente houve coisas que correram muito mal e outras que correram muito bem mas não há dúvida que quase toda, diria que toda a problemática da educação para a cidadania se encontra ou se pode encontrar ainda em embrião nesta altura e nestas experiências.

Depois, recordar-se-ão, entrámos numa **segunda fase**, mais ou menos de 1976 a 1986, com a Constituição, com o Primeiro Governo Constitucional, com a chamada normalização e em que todas estas experiências foram suspensas: a Educação Cívica Politécnica, o Serviço Cívico, as Actividades de Contacto e até a própria Introdução à Política cujo programa havia sido feito pelo próprio ministro que o suspendeu que era o Mário Sottomayor Cardia. Penso que a ideia foi que tinha havido um

exacerbamento da politização das escolas e que ele achava que estava na altura de atenuar, de retirar essa politização, de arrefecer os ânimos. Acentuou então o lado da organização da escola numa tradição um pouco da Primeira República e do pensamento de António Sérgio, pensando que não vale a pena estar a ensinar às pessoas coisas se a sua experiência de vida quotidiana na organização da própria escola as não respeitar. Primeiro tratou-se de criar aquilo que foi designado por gestão democrática das escolas em que se assegurava a participação dos vários corpos sociais da escola na sua gestão, a sua eleição através de eleições livres e por escrutínio secreto e só depois então vir-se-ia a pensar de novo na Educação Cívica mais em termos de conteúdos e de experiências fora da própria escola.

Numa **terceira fase** que se seguiu à aprovação da Lei de Bases em 1986 (que foi uma lei aprovada por uma esmagadora maioria, houve um grande consenso à sua volta), reapareceu o debate sobre a Educação Cívica como objectivo central da Educação. Defendia-se que, nas finalidades que a escola deve prosseguir, estaria um espírito pluralista democrático, o respeito pelos outros, a abertura ao diálogo, a identidade nacional aberta à diversidade, num espírito de humanismo universal e de cooperação internacional. Mantinha-se a ideia que as escolas deviam funcionar como instituições democráticas, procuravam-se formas e modelos mais participativos. Foi pouco depois, por exemplo, que saiu legislação sobre as associações de estudantes, procurando regulá-las e incentivá-las também. Houve também, neste período, a reforma de 1989 na qual se deu mais peso ao que foi designado por Formação Pessoal e Social que, na concepção da reforma, devia ser o objectivo de todas as disciplinas, e incluir uma disciplina específica que se veio a chamar Desenvolvimento Pessoal e Social e que foi apresentada em alternativa à Educação Moral e Religiosa. Devia incluir uma componente de actividades extracurriculares e devia ainda incluir um espaço não disciplinar para o trabalho de projecto que era a Área Escola. No 3º ciclo haveria então um programa nacional de Educação Cívica. Há aqui, por um lado, um peso muito grande dado a toda esta dimensão mas por outro lado penso que pecou um pouco por estas duas contradições que foram introduzidas: uma disciplina em alternativa à Educação Moral e Religiosa não parecia compreensível (por não serem equivalentes) e a existência de um programa nacional de Educação Cívica num espaço que devia ser um espaço de

trabalho de projecto e portanto da livre iniciativa das escolas. De qualquer maneira estas inovações foram sendo postas em prática embora sem se generalizarem muito, contrariamente à intenção.

Temos depois uma **quarta fase**, dos anos noventa à actualidade, a que chamaria de Educação para a Cidadania Democrática que creio que terá começado de facto com a queda do muro de Berlim em 1989 e a liberalização dos Países de Leste, com o processo de construção europeia que se estava a desenvolver, com as consequências que essas duas evoluções tiveram a nível da internacionalização da educação em Portugal, com os projectos financiados pela União Europeia em que as escolas portuguesas podiam concorrer e podiam obter financiamento desde que participassem com outras escolas de outros países (pelo menos dois países). Isto deu, de facto, uma abertura enorme, além de ter dado um dinamismo muito grande às escolas portuguesas neste período. Por outro lado, a nível internacional, (mas obviamente não falarei muito nisso porque estão na mesa outras pessoas que saberão falar sobre isso muito melhor), houve vários projectos sobre esta matéria. Posso referir apenas o projecto da Educação Cívica da Associação Internacional para a Avaliação do Desempenho Educativo que foi coordenado no Instituto de Inovação Educacional pela professora Isabel Meneses. Consistiu, numa primeira fase, na análise de programas e da documentação existente em torno de cinco questões que foram consideradas as mais importantes: a democracia, a identidade nacional, a coesão social e a diversidade social, os princípios económicos e os problemas locais. Está neste momento numa segunda fase de trabalho com inquéritos aos alunos para ver, para além daquilo que os programas pretendem ensinar, o que é que de facto os alunos aprendem e se aprendem aquilo que os programas lhes ensinam ou se aprendem outras coisas. Houve também o projecto do Conselho da Europa, chamado projecto para a Educação para a Cidadania Democrática que foi coordenado pelo Professor Augusto Santos Silva. Há também várias actividades da UNESCO de que falará com certeza a Dr^a Lurdes Paixão e neste momento há todo um trabalho da Comissão Nacional para a celebração da Declaração Universal dos Direitos do Homem que, começando por essa celebração, prolongou o seu trabalho de forma a incidir sobre a década em matéria de educação para os direitos humanos. Portanto, diria que na actualidade, a Educação Cívica tem sido muito marcada por estes projectos internacionais e pelas novas dimensões que

entretanto se têm desenvolvido e que creio que já terão sido faladas hoje de manhã.

Destas, gostaria de sublinhar a Educação para os Média porque me parece com importância crescente. Dada a sua importância, a comunicação social tem que ser objecto de educação incluindo também a educação para as novas tecnologias da informação e da comunicação. Temos que estar atentos para que não haja novas exclusões provocadas pelo conhecimento e pelo acesso a estas novas tecnologias. Para além das diferenças económicas e culturais neste domínio, sentem-se muito também as diferenças etárias. Digamos que os maiores de 35, 40 anos terão mais dificuldades e menos acesso a estas novas tecnologias e à sociedade do conhecimento. Portanto, certamente que há novas necessidades educativas, até de uma nova pedagogia, para esses grupos etários, além obviamente do risco de exclusão das pessoas economicamente mais desfavorecidas. Com certeza que há essas novas dimensões de que certamente falaram hoje e só gostaria de sublinhar esta.

Vou terminar dizendo que com certeza que estas novas dimensões encontrarão espaço na nova organização curricular que se desenha, que certamente não será definitiva, que há necessidade de permanentes revisões, reajustamentos e actualizações, que os problemas que foram sendo identificados ao longo destes anos de experiência se mantêm, (deve haver uma disciplina, deve ser um espaço interdisciplinar, deve ser uma formação através da organização, devem ser vivências que se proporcionam às pessoas? Tudo isso são meios legítimos, uns mais eficazes que outros, mas certamente todos necessários para proceder à Educação para a Cidadania).

O que me parece que pode ser considerado permanente e que é uma aquisição muito mais genérica está contido na frase do filósofo Padre Manuel Antunes, escrita em 1979, e com a qual vou terminar. Dizia ele: "Para bem e para mal, Portugal é hoje uma sociedade politizada. Só assim poderemos retomar a história do nosso país, só assim será possível a reinvenção de Portugal por Portugal, a recriação de Portugal por Portugal, através da democracia como espaço da liberdade e da comunidade, da subjectividade e da legalidade, da consensualidade e da soberania popular".